



**12 DE MAIO DE 2015**

**Terça-feira**

- QUASE 17 MIL METALÚRGICOS DE MONTADORAS ESTÃO AFASTADOS TEMPORARIAMENTE
- QUATRO MIL TRABALHADORES DA VOLVO MANTÊM GREVE NESTA SEGUNDA
- JUROS ATINGEM EM ABRIL MAIOR NÍVEL DESDE 2011
- GOVERNO VAI ANUNCIAR PROGRAMA DE CONCESSÕES NOS PRÓXIMOS DIAS, DIZ BNDES
- FORD E FIAT DÃO FÉRIAS COLETIVAS A 5 MIL METALÚRGICOS
- VENDAS DE IMPLEMENTOS DESPENCAM ATÉ ABRIL
- PRODUÇÃO DE MOTOS EM MANAUS RECUA 17,4%
- JOHNSON CONTROLS CHEGA A 130 ANOS FABRICANDO BATERIAS
- MERCEDES-BENZ ACTROS ALCANÇA 60% DE CONTEÚDO LOCAL
- DÓLAR MAIS ALTO BATE EM SIDERÚRGICAS E ALAVANCAGEM SOBRE
- DECISÃO DO CADE REFORÇA PLEITO DA CSN SOBRE TAG ALONG DE AÇÕES DA USIMINAS, DIZ ADVOGADO
- DESCUBRA 5 VANTAGENS NA UTILIZAÇÃO DE TUBOS DE AÇO
- PERSPECTIVA DO MINÉRIO DE FERRO É CORTADA PELA ANZ, BAIXA NA CHINA PERSISTIRÁ
- FIM DO CICLO DE ALTA DOS METAIS AFETA NOVO MARCO DO SETOR
- PARTICIPAÇÃO DE CURITIBA NO BOLO DO ICMS CAI 6,2% EM 2015
- FGV: CLIMA ECONÔMICO PIORA NA AMÉRICA LATINA, MAS MELHORA NO MUNDO
- CÂMARA: MEDIDAS DO AJUSTE FISCAL SERÃO VOTADAS NA QUARTA-FEIRA
- PESQUISA DA CNI APONTA QUE INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA É BAIXA
- ALL TEM PREJUÍZO DE R\$229 MILHÕES NO 1º TRIMESTRE

- GOVERNO PREPARA SALTO DA ENERGIA SOLAR EM RESIDÊNCIAS E EMPRESAS
- CRISE EM ESTALEIROS EXPÕE INVESTIMENTOS DE JAPONESES
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI EM 5 DE 14 REGIÕES, DIZ IBGE
- SONDAGEM PROJETA CRESCIMENTO MENOR DO PIB MUNDIAL
- FÓRUM FUTURO 10 DEFINE PRIORIDADES PARA INFRAESTRUTURA DO PARANÁ NOS PRÓXIMOS 20 ANOS
- ESPECIALISTA DETALHA FUNCIONAMENTO DE PROGRAMA EUROPEU QUE AJUDA A RECUPERAR EMPRESAS EM CRISE
- CÂMARA FLEXIBILIZA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA E CRIA SOCIEDADE UNIPESSOAL
- AUMENTO DE CUSTO PARA PEQUENAS PODE PROVOCAR AÇÃO CONTRA MP 664
- CHINESA BAOSTEEL MANTÉM PREÇOS DE PRODUTOS DE AÇO PARA JUNHO
- THYSSENKRUPP SUPERA ESTIMATIVAS EM RESULTADOS TRIMESTRAIS
- FT: VALE ESTÁ DECIDIDA A AMPLIAR OFERTA DO MINÉRIO DE FERRO DE ALTA QUALIDADE
- ANGLO PODE ELEVAR PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO NO BRASIL A 29 MI T EM 2018-20

<b>CÂMBIO EM 12/05/2015</b>		
	Compra	Venda
Dólar	3,023	3,024
Euro	3,398	3,399

Fonte: BACEN

## Quase 17 mil metalúrgicos de montadoras estão afastados temporariamente

12/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Aproximadamente 4,6 mil metalúrgicos foram afastados pela **Ford** e pela **Fiat** no Brasil a partir desta segunda-feira (11), por meio de layoffs (suspensão temporária dos contratos) e férias coletivas.

Eles se juntam a outros 12 mil trabalhadores que já tinham sido suspensos por diversas montadoras nos últimos meses, para ajustar produção à baixa demanda por veículos novos, cujas vendas acumulam queda de 19,2% em 2015 até abril no país.

### **Ford**

A Ford paralisou totalmente a produção de carros e caminhões em São Bernardo do Campo (SP). Dos quase 3 mil metalúrgicos da unidade, a montadora pôs 200 em layoff a partir desta segunda, por até cinco meses.

Os demais funcionários da linha de produção foram colocados em férias coletivas desta segunda até 22 de maio. Na mesma fábrica, a empresa mantém 424 trabalhadores em banco de horas desde 23 de fevereiro, por tempo indeterminado.

### **Fiat**

Líder de vendas no mercado de automóveis e comerciais leves, a Fiat também concedeu férias coletivas a quase 2 mil metalúrgicos da linha de produção em Betim (MG) a partir desta segunda, por 20 dias.

É a segunda vez que a montadora italiana concede férias coletivas no Brasil, para ajustar a produção à baixa demanda. A companhia já tinha afastado aproximadamente 2 mil dos 19 mil funcionários da fábrica de 9 a 30 de março.

### **Volks, GM e Mercedes**

Na Volkswagen, todos os cerca de 8 mil metalúrgicos da linha de produção da fábrica de São Bernardo também estão em férias coletivas de 4 de maio até esta sexta-feira (15). A empresa também tem 370 funcionários em layoff em Taubaté (SP), sendo 120 desde o fim de abril e 250, desde março; em ambos os casos, por cinco meses.

A empresa mantém ainda 570 funcionários em layoff desde o início do mês passado, na fábrica de São José dos Pinhais (PR).

A General Motors (GM) possui 819 metalúrgicos com contratos suspensos no complexo industrial de São Caetano do Sul (SP) desde novembro do ano passado. Eles deveriam ter

retornado ao trabalho no último dia 10 de abril, mas a companhia prorrogou o afastamento até 9 de julho. Na mesma unidade, a montadora concedeu licença remunerada a 467 empregados desde a última terça-feira, por tempo indeterminado.

Na semana passada, a montadora americana também anunciou que 325 metalúrgicos entraram em layoff a partir da última sexta-feira até 7 de agosto, para ajustar a produção à baixa demanda.

Eles se juntaram aos 473 metalúrgicos que já estavam com contratos trabalhos suspensos na unidade, desde março até agosto. Com todos esses afastamentos, a GM possui quase 2,1 mil trabalhadores suspensos nas fábricas espalhadas pelo país.

Na Mercedes-Benz, são 850 trabalhadores afastados ao todo. Segundo a empresa, 750 estão suspensos desde maio do ano passado em São Bernardo, sendo 500 até 15 de junho e 250, até 30 de setembro. A montadora tem também 100 metalúrgicos em layoff até o fim de maio, em Juiz de Fora (MG).

Na **Volvo**, o segundo turno da produção de caminhões foi encerrado em Curitiba a partir desta segunda-feira, provocando excedente de 600 trabalhadores. Os funcionários reagiram à medida e deflagraram greve desde sexta-feira, por tempo indeterminado.

### **Quatro mil trabalhadores da Volvo mantêm greve nesta segunda**

12/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Após assembleia realizada na manhã desta segunda-feira (11), cerca de quatro mil trabalhadores da fábrica e da área administrativa da Volvo em Curitiba decidiram manter a greve que começou última sexta-feira (8).

A paralisação começou depois que os funcionários do primeiro turno da fábrica recusaram, em assembleia, a proposta da companhia que previa a redução de 50% do PLR e reajuste sem ganho real em troca da manutenção de empregos na unidade.

Na quinta-feira (7), a Volvo anunciou o fechamento do segundo turno da fábrica de caminhões em consequência da baixa demanda no setor. A medida gerou um excedente de 600 funcionários e, para tentar evitar demissões, a empresa propôs a antecipação da negociação salarial da categoria, cuja data-base ocorre em setembro.

Pela proposta, a multinacional sueca se compromete a não realizar demissões até o fim do ano, em troca de um reajuste que recomponha somente a e um PLR de R\$ 15 mil, metade do concedido no ano passado.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), a opção pela greve se deu porque os trabalhadores entenderam que empresa não cumpriu um acordo de construir junto com o sindicato uma solução para o excedente de pessoal.

O objetivo do SMC é negociar com companhia formas de evitar demissões, porém, sem abrir mão de direitos conquistados pelos trabalhadores. O argumento da entidade é de que a data base da categoria é apenas em setembro, ou seja, ainda há bastante tempo para negociar.

Segundo a Volvo, o sindicato não está colocando em votação a proposta feita pela empresa para evitar a demissão de 600 trabalhadores. A companhia ressalta que esta é uma greve do sindicato e não dos trabalhadores da companhia.

## **Reunião**

Uma reunião entre representantes da Volvo, do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) e do Ministério Público do Trabalho (MPT) está marcada para esta segunda-feira (11), às 16h30 horas. O objetivo é avançar na negociação e chegar a um acordo. Segundo o sindicato, uma nova assembleia dos trabalhadores está prevista para terça-feira (12), às 7 horas

## **Juros atingem em abril maior nível desde 2011**

12/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

As taxas de juros das operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas subiram em abril pelo sétimo mês consecutivo e renovaram os maiores patamares desde 2011, segundo pesquisa da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

No caso das pessoas físicas, novamente houve aumento nos juros em todas as seis linhas pesquisadas (juros do comércio; cartão de crédito rotativo; cheque especial; CDC-bancos-financiamento de veículos; empréstimo pessoal-bancos; e empréstimo pessoal-financeiras). O juro médio subiu 0,06 ponto porcentual em abril ante março, para 6,77% ao mês (119,48% ao ano), o maior nível desde julho de 2011.

Entre as pessoas jurídicas, houve alta nas três linhas (capital de giro; desconto de duplicatas; e conta garantida). O juro médio avançou 0,08 pp no mês passado ante o anterior, para 3,97% ao mês (59,55% ao ano), o patamar mais alto desde novembro de 2011.

Segundo a Anefac, as altas podem ser atribuídas a três fatores: cenário macroeconômico que aumenta o risco de elevação da inadimplência; aumento da Selic; e expectativa de mais aperto monetário em função da inflação alta.

## **Governo vai anunciar programa de concessões nos próximos dias, diz BNDES**

12/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O vice-presidente do BNDES, Wagner Bittencourt, disse nesta segunda-feira (11) que o governo deve anunciar um programa de investimentos em infraestrutura e concessões nos próximos dias. O executivo representou o presidente do banco, Luciano Coutinho, durante a abertura do Fórum Nacional, no Rio. Coutinho foi chamado a Brasília para uma reunião com a presidente Dilma Rousseff.

“O governo está discutindo que investimentos fazer e como fazer. Eles precisam acontecer na hora certa. O investimento privado consegue atender o usuário de forma mais rápida. Será um item importante, haverá pronunciamento do governo nos próximos dias sobre um programa de investimento em infraestrutura e concessões, especialmente”, disse Bittencourt.

Em meio ao ajuste fiscal, Bittencourt disse que o banco público deve dividir cada vez mais o papel de financiar o desenvolvimento do país.

“Esperamos que o banco continue a ser um fornecedor de fundos importante, mas queremos estimular novos investidores. O mercado, é importante que ele venha, traga novos recursos. O mercado precisa, e o banco está trabalhando de uma forma bastante firme com o mercado para desenvolver instrumentos que viabilizem isso”, afirmou.

## **Investimento**

O vice-presidente disse ainda que o banco deve investir R\$ 597 bilhões em infraestrutura nos próximos quatro anos, 30% a mais que no quadriênio anterior.

No mesmo período, os desembolsos para a indústria devem somar R\$ 909 bilhões, contra R\$ 777 bilhões investidos entre 2010 e 2014, o que representa uma alta de 17%.

## **Ford e Fiat dão férias coletivas a 5 mil metalúrgicos**

12/05/2015 - Fonte: Automotive Business

Os trabalhadores da Ford de São Bernardo do Campo (SP) e da Fiat em Betim (MG) entraram em férias coletivas na segunda-feira, 11. Na Ford teve início também um layoff, suspensão temporária dos contratos de trabalho que atinge 200 metalúrgicos de diferentes setores. Ao todo, 5 mil trabalhadores paulistas e mineiros vão ficar em casa.

O motivo é a fraca demanda de veículos leves, que em abril resultou em crescimento do estoque de veículos para 50 dias, apesar de a produção ter recuado 16,2% nos primeiros quatro meses de 2015.

Na fabricante em Minas Gerais são cerca de 2 mil trabalhadores, que voltam à fábrica no dia 1º de junho. Na montadora do ABC paulista, toda a produção foi interrompida e o retorno dos cerca de 2,4 mil trabalhadores em férias coletivas ocorre uma semana antes, em 25 de maio.

Aqueles em layoff permanecerão em casa por cinco meses. A Ford de São Bernardo produz o Fiesta hatch e os caminhões Cargo e Série F.

Na Fiat, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região, a parada Fiat interrompe a montagem de modelos com menor demanda como Bravo, Idea, Linea e Punto.

O presidente da entidade, João Alves de Almeida, lamentou o fato de as férias coletivas ocorrerem no momento em que começavam as discussões a respeito da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) na Fiat.

## **Vendas de implementos despencam até abril**

12/05/2015 - Fonte: Automotive Business

As vendas de implementos rodoviários no mercado interno despencam nos primeiros quatro meses do ano: o setor apurou queda de 38,6% na comparação com igual período do ano passado, ao emplacar 30.499 unidades contra as 49.697 unidades registradas há um ano, segundo dados divulgados na segunda-feira, 11, pela Anfir, associação que reúne as fabricantes no Brasil.

O resultado global foi fortemente afetado pelo segmento de pesados – reboques e semirreboques –, cuja queda foi de 50,7% no comparativo anual, para 9,3 mil unidades, reflexo da queda de quase 40% das vendas de caminhões no período; no primeiro quadrimestre de 2014 este volume era de 18,9 mil.

No segmento de implementos leves, a retração, embora menor, não aliviou o cenário: foram vendidas 21,1 mil carrocerias sobre chassi, 31,1% abaixo dos 30,7 mil licenciados no ano passado.

“O ano se aproxima de sua metade e qualquer ação para ajudar a indústria precisa ser tomada com rapidez para que seus efeitos consigam reduzir as perdas no setor ainda em 2015”, afirma Alcides Braga, presidente da Anfir.

Segundo a entidade, há projetos em curso que podem representar algum alento para o setor, como o estudo de um novo pacote de investimentos em infraestrutura que prevê o leilão de três aeroportos, Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e Salvador (BA), quatro trechos de rodovias e a extensão da ferrovia Norte-Sul, conforme destaca Mario Rinaldi, diretor executivo da Anfir: “Poderemos ter um movimento de recuperação da economia sem no entanto representar resultado positivo no PIB, mas apenas para reduzir as perdas”, diz.

Outras iniciativas são aguardadas pela entidade a fim de ensaiar uma retomada no setor, incluindo o programa de renovação de frota, que inclui a substituição de caminhões e implementos rodoviários antigos por modelos mais novos, pedido encaminhado pela entidade em março ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que na ocasião também solicitou a alteração nos financiamentos de implementos rodoviários, ampliando a participação da linha Finame PSI do BNDES para até 80% do valor do bem.

Hoje, a regra estipula teto de 70% do valor total financiável em caso de pequenas e médias empresas, e de 50% para grandes. Ambos os pedidos estão em estudo pelo MDIC.

Citando previsão da Confederação Nacional da Indústria, a CNI, divulgada em abril, a entidade espera retração do PIB industrial para índice abaixo do PIB nacional, com redução de algo como 3,4%.

Para o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, que falou sobre a situação atual em evento de posse realizado pela Anfir, o cenário indica que o pior trimestre de 2015 foi o primeiro e, por isso, de acordo com suas projeções, até o fim do ano o nível de atividade econômica tende a crescer. Segundo ele, há movimentos por parte do governo federal no sentido de movimentar os negócios.

## **Produção de motos em Manaus recua 17,4%**

12/05/2015 - Fonte: Automotive Business

A produção de motos em Manaus (AM) de janeiro a abril somou 462 mil unidades, resultando em queda de 17,4% no confronto com os mesmos quatro meses do ano passado.

As vendas no atacado (das fábricas às concessionárias) de 448 mil motocicletas resultaram em retração menor, de 12,4%. Os números foram divulgados pela Abraciclo, entidade que reúne as fabricantes do setor.

“O mercado reflete os sinais de incerteza do cenário macroeconômico. Após as férias coletivas de meio de ano, esperamos uma melhora nos negócios por causa de fatores como o Salão Duas Rodas, programado para o período de 7 a 12 de outubro”, afirma o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian.

O licenciamento de 435,1 mil motos zero-quilômetro no acumulado do ano resultou em retração de 10,1%. As exportações nos primeiros quatro meses somaram 9,1 mil unidades, volume 72,9% mais baixo que o do mesmo período de 2014. A queda expressiva é provocada pela Argentina, que sobretaxou as motocicletas importadas.

## **Johnson Controls chega a 130 anos fabricando baterias**

12/05/2015 - Fonte: Automotive Business



A fabricante multinacional de baterias Johnson Controls completa 130 anos em maio de 2015. Seu nome atual surgiu apenas em 1974, já que anteriormente era Johnson Electric Service Company. No Brasil opera em Sorocaba (SP), por meio da unidade de Power Solutions, que produz as baterias Heliar. Segundo a empresa, a planta nacional é a maior e mais moderna fábrica de baterias da América do Sul.

A companhia atua em mais de 150 países com mais de 170 mil funcionários e também tem atividade em outras áreas, como a Automotive Experience, responsável pelo conceito de design interno dos veículos, e a Building Efficiency, de integração de sistemas de automação e segurança para edificações, para otimizar a energia e a eficiência operacional de edifícios.

A Johnson Controls Power fornece cerca de 140 milhões de unidades todos os anos para montadoras e revendedores do mercado de reposição. Com portfólio completo de baterias de chumbo-ácido e tecnologia íon-lítio, fornece para veículos convencionais, Start-Stop, micro-híbridos e elétricos.

## **Mercedes-Benz Actros alcança 60% de conteúdo local**

12/05/2015 - Fonte: Automotive Business



Conforme adiantou Automotive Business, em dezembro, a Mercedes-Benz confirmou que seu caminhão extrapesado Actros produzido na fábrica de Juiz de Fora (MG) alcançou o índice de localização de 60%, com a conclusão da terceira etapa do processo, chegando ao patamar de exigência mínima para ser financiado pela linha Finame/PSI do BNDES, com juros menores que os praticados pelo mercado.

“Os extrapesados Actros rodoviários iniciam uma nova etapa no mercado brasileiro”, afirma Roberto Leoncini, vice-presidente de vendas, marketing e pós-venda de caminhões e ônibus da Mercedes-Benz do Brasil. “A nossa equipe de engenharia se dedicou fortemente para que o modelo fosse rapidamente nacionalizado”, acrescentou.



O modelo começou a ser importado para o Brasil em 2011 e sua montagem se iniciou por aqui no ano seguinte. Em 2013, a empresa passou a usar sistema de exaustão, rodas e pneus fabricados no Brasil e em 2014 foi a vez de eixos, suspensão, sistemas elétricos, bancos e sistemas de freios, quando o índice alcançou 40% de conteúdo local.

Dessa forma, o caminhão só podia acessar 80% do financiamento pelo BNDES. Nesta terceira fase, a empresa alcançou os 60% com a produção local de seu motor OM 475, fabricado na unidade da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo (SP), que também inclui o sistema de combustível e sistema de direção hidráulica de produção nacional.

Neste patamar, o caminhão pode usufruir de 100% das condições do Finame PSI, que financia 50% do valor do modelo para grandes empresas e 70% para pequenas e médias. Oferecido nas versões 2546 6x2 e 2646 6x4, o cavalo mecânico traz eixos traseiros sem redução nos cubos, atendendo várias configurações de implementos, que podem ser semirreboques como os de carga seca aberta, furgão, sider, graneleiros, tanques de líquidos e gases e porta-contêiner.

Indicado para longas distâncias, o Actros vem em quatro opções de cabine: leito teto baixo, leito teto alto, megaspace e megaspace segurança, esta última com sistema de orientação de faixa de rodagem, controle de proximidade, assistente ativo de frenagem e retarder

## **Dólar mais alto bate em siderúrgicas e alavancagem sobe**

12/05/2015 - Fonte: InfoMoney

As siderúrgicas viram suas dívidas aumentarem por conta da desvalorização do real em relação ao dólar nos três primeiros meses do ano e, ao mesmo tempo, observaram um recuo da geração de caixa, diante de um cenário de baixa demanda de aço no mercado.

O resultado foi um salto na alavancagem, indicador que mostra a capacidade das companhias em pagar suas dívidas. No caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a alavancagem, medida pela razão dívida líquida pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) no primeiro trimestre do ano atingiu 4,76 vezes, ante um indicador de 4 vezes do último trimestre do ano passado e de 2,7 vezes dos três primeiros meses do ano.

"Estamos atentos ao nível de alavancagem. Estamos trabalhando para uma redução gradual e temos diversas frentes que estão em andamento", explicou o diretor executivo de Relações Investidores da CSN, David Salama, a analistas durante teleconferência na semana passada.

Gustavo Henrique Santos de Sousa, diretor executivo de Controladoria, disse, na mesma ocasião, que a CSN está conversando com bancos e investidores de dívida para "fazer um esforço de rolagem". "Estamos confiantes que a dívida será adequadamente equilibrada", disse.

Os níveis de alavancagem da CSN seguem como um dos principais pontos de cautela, segundo relatório do BTG Pactual. "Enquanto o senso de urgência da administração para corrigir o balanço é reconfortante, nós ainda relutamos e nos esforçamos para ver como essa tendência preocupante se reverterá no curto prazo", segundo os analistas Leonardo Correa e Caio Ribeiro, que assinam o documento enviado ao mercado.

Já a Gerdau viu esse indicador subir para 3,2 vezes no primeiro trimestre do ano, ante um indicador de 2,5 vezes um ano antes. Ao fim de 2014 a alavancagem da companhia

gaúcha estava em 2,4 vezes. Deveremos trabalhar com níveis mais próximos de 2,5 vezes. Temos esforços na área de capital de giro e entendemos que iremos conseguir reportar números melhores", disse o vice-presidente de Relações com Investidores da Gerdau, Andre Pires, em teleconferência com analistas e investidores.

Segundo ele, a companhia continua olhando oportunidades de levantar caixa, como, por exemplo, com a venda de ativos. "Não há planos, mas estamos atentos às oportunidades", destacou.

A alavancagem da Usiminas passou para 2,9 vezes no período analisado, ante um indicador em 2,1 vezes no último trimestre do ano passado e de 1,7 vez no mesmo período do ano anterior.

"Não há qualquer sinal de que quebraremos os covenants de dívida líquida no próximo período de observação, que é junho", disse o diretor vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores da siderúrgica mineira, Ronald Seckelmann.

Do lado operacional, as siderúrgicas trabalharam para ampliar a eficiência, com corte de despesas, por exemplo, e tentaram ganhar espaço dos produtos importados ou ampliar vendas no exterior.

A estratégia da Usiminas será compensar essa queda das vendas no mercado local com exportações, de modo que os volumes vendidos sigam estáveis em relação aos dois trimestres anteriores.

"Estamos percebendo que a economia brasileira continua apresentando sinais de enfraquecimento", destacou o diretor vice-presidente comercial da Usiminas, Sérgio Leite, também em teleconferência. No primeiro trimestre do ano as vendas de aço pela Usiminas, no comparativo anual, caíram 12,6%.

Já o diretor executivo da área comercial de siderurgia da CSN, Fernando Barbosa Martinez, disse ainda que a companhia vem conseguindo agregar mais valor às vendas de aço feitas a partir da unidade da CSN nos Estados Unidos. "Nós deslocamos volume aos Estados Unidos e atuamos como players no mercado local", explicou.

O presidente da Gerdau, André Gerdau Johannpeter, disse que alguma melhora na demanda de aço no Brasil deverá acontecer no segundo semestre do ano, mas "nada muito grande" já que o ano é de ajustes.

"Estamos tendo juros altos, limitação de crédito o que leva a menos investimentos e isso passa pela construção civil, setor automobilístico, máquinas em geral. O cenário acompanha o PIB que tem projeções de queda entre 1% e 1,5%", afirmou o executivo.

### **Decisão do Cade reforça pleito da CSN sobre tag along de ações da Usiminas, diz advogado**

12/05/2015 - Fonte: Reuters

A decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de arquivar na quarta-feira a tese de que o grupo Ternium-Techint forneceu informações enganosas ao órgão antitruste quando entrou no grupo de controle da Usiminas reforçou o pleito da CSN na Justiça sobre a obrigatoriedade de uma oferta pública de ações, afirmou o advogado da CSN no caso nesta quinta-feira.

"A decisão foi um limão para o Cade, mas uma limonada para a CSN", afirmou o advogado Ernesto Tzirulnik, que acompanha o caso aberto pela CSN em 2011 e que cobra da Ternium a realização de uma oferta pública pelas ações dos minoritários da Usiminas,

transação conhecida como "tag along". Procurada na véspera, a CSN não comentou o assunto.

A Ternium entrou no grupo de controle da Usiminas no início de 2012, depois fazer no final de 2011 uma oferta pelas participações dos grupos Votorantim e Camargo Corrêa que embutia um ágio de 82 por cento. No entendimento de autoridades na época e no da Ternium, a operação não disparava a obrigatoriedade de uma OPA, pois não houve mudança de controle.

Em março de 2012, a superintendência de registro da CVM concluiu que não houve mudança relevante no bloco de controle da Usiminas, não havendo margem para uma OPA de acionistas minoritários. Os prazos para recurso na autarquia já expiraram e a possibilidade de a CVM voltar a analisar o caso ocorreria com o surgimento de novos fatos, de acordo com a legislação.

Porém, para a CSN, que detém cerca de 14 por cento das ações ordinárias e 20,7 por cento das preferenciais da maior produtora de aços planos do país, a operação deveria ter disparado o chamado tag along, que, pela regra, prevê pagamento de 80 por cento do preço pago aos controladores.

Segundo Tzirulnik, o processo da CSN no Tribunal de Justiça de São Paulo "está maduro" o suficiente para ser julgado. Em 2013, uma primeira instância decidiu pela não obrigatoriedade da OPA, entendendo que não houve mudança no controle da Usiminas.

Agora, Tzirulnik avalia que o juiz de segunda instância poderá julgar o mérito do caso ou devolvê-lo para a primeira instância pedindo reavaliação de provas.

"Não está na pauta de julgamento ainda, mas (o caso) deve entrar na pauta em breve", disse o advogado, sem estimar prazos e afirmando que os comentários dos conselheiros do Cade sobre o recurso da CSN serão inseridos no caso aberto pela empresa na Justiça.

Segundo ele, a decisão do Cade da quarta-feira foi positiva para o pleito da CSN na Justiça pois os conselheiros do órgão de defesa da concorrência entenderam que houve transferência do controle da Usiminas à Ternium.

As ações preferenciais da Usiminas encerraram nesta quinta-feira em queda de 10 por cento enquanto os papéis ordinários tiveram baixa de 3,9 por cento. Já as ações da CSN recuaram 7,7 por cento ante baixa de 0,3 por cento do Ibovespa.

## **Descubra 5 vantagens na utilização de tubos de aço**

12/05/2015 - Fonte: Reuters

Um dos elementos estruturais mais utilizados atualmente é o aço: uma liga metálica formada por ferro e carbono. De acordo com o Instituto Aço Brasil, é possível indicar o desenvolvimento econômico de um país ou uma região de acordo com a produção, venda e compra do aço: quanto maior o uso de aço para os mais variados fins, maior é a movimentação de dinheiro e mais aquecida fica a economia.

É difícil pensar em alguma cidade que não utilize aço em suas estruturas. Uma das primeiras construções importantes feitas com ferro fundido – que basicamente tem mais carbono do que no aço – foi a Ponte Ironbridge na Inglaterra. Desde então, com o desenvolvimento da ciência e siderurgia foram sendo construídos diversos monumentos arquitetônicos com aço.

Existem inúmeras categorias de produtos feitos a partir do aço, dentre elas o tubo. Cada vez mais utilizados em todo o tipo de obra, eles possuem várias vantagens apontadas por especialistas, tais como:

#### 1-Alta Resistência

Tubos de Aço são conhecidos por sua alta resistência. Existem certos modelos que suportam condições extremas de temperatura, pressão e corrosão. Tais tubos são utilizados principalmente em indústrias químicas e pesadas, nas quais líquidos e gases altamente tóxicos e corrosivos são movimentados.

#### 2-Facilidade de Manuseio

Em geral, produtos feitos a partir de aço são bem fáceis de manusear. Isso se reflete na organização da obra e também na precisão do resultado final: a escala de trabalho para aço é milimétrica, o que garante a perfeição arquitetônica de muitas obras, como grandes pontes e estádios.

#### 3-Plasticidade

Os tubos de aço possuem a capacidade de serem submetidos à usinagem e a outros tipos de modificação. Graças a essa característica, é possível produzir tubos curvados, dobrados ou em qualquer outro formato necessário para uma determinada construção.

#### 4-Disponibilidade no Mercado

A produção de aço é relativamente barata e rentável, graças ao grande número de matéria prima disponível, além da possibilidade de reciclagem. Esse cenário faz com que tubos de aço estejam a "pronta entrega" em várias cidades do Brasil, diminuindo os custos de logística e o tempo total da obra.

#### 5-Variedade de Aplicações

Vale enfatizar, enfim, que os tubos de aço podem ser utilizados tanto para condução de fluídos, quanto para a estruturação de obras. Uma de suas principais vantagens nesse sentido é amenizar o peso total da construção, o que diminui em cerca de 30% o investimento na fundação se comparado a obras de alvenaria. Além disso, podem ser usados para sustentar telhados e pisos.

### **Perspectiva do minério de ferro é cortada pela ANZ, baixa na China persistirá**

12/05/2015 - Fonte: InfoMoney

Uma recessão prolongada no consumo de aço pela China prejudicará as projeções para o minério de ferro, de acordo com o Australia & New Zealand Banking Group Ltd., que cortou previsões para os preços em 2017.

O minério de ferro custará uma média de US\$55 por tonelada métrica no ano que vem, uma queda ante projeção anterior de US\$60; e US\$60 em 2017, queda ante previsão de US\$63 anteriormente, disse a ANZ em um relatório enviado por e-mail nessa sexta-feira.

A perspectiva para 2015 foi diminuída em US\$1 para US\$56 por tonelada, com preços vistos entre US\$50 e US\$60 ao longo dos próximos 12 meses. A commodity estendeu uma retomada nesse mês ante uma baixa de 10 anos após a BHP Billiton atrasar obras de alguns portos na Austrália, o que pode desacelerar o crescimento da companhia após 2016, e a Vale dizer que pode cortar quase 30 milhões de toneladas de sua produção de alto custo.

A perspectiva de um pico na demanda do minério se aproxima, após o crescimento da demanda na China encalhar no ano passado, disse o Goldman Sachs Group nessa semana. A Rio Tinto reafirmou na quinta-feira seus planos de expandir a produção de

custo mais baixo em meio a um excesso. "O preço-piso foi alcançado em US\$47 por tonelada no início de abril, quando as maiores BHP Billiton e Vale anunciaram intenções de diminuir o fornecimento", escreveu Mark Pervan, diretor de pesquisa em commodities em Melbourne. "Apesar disso, sentimos que as bases ainda parecem fracas.

Os preços do aço mostraram apenas uma resposta minimamente positiva, e o fornecimento de minério de baixo custo continua a crescer". O minério de 62% em Qingdao, que teve baixa de US\$47,08 no dia 2 de abril, caiu 0,9% a US\$60,36 por tonelada na quinta-feira, primeira queda nessa semana, mostraram dados da Metal Bulletin Ltd.

Os preços continuam 69% abaixo do recorde de 2011. O consumo de aço na China cairá 4% nesse ano e mais 2% em 2016, disse a ANZ, citando fraqueza no mercado de propriedades, o que corresponde a aproximadamente 40% da demanda.

A maior economia da Ásia cresceu no quarto trimestre no ritmo mais fraco desde 2009 em meio à desaceleração em propriedades.

"As bases ainda são prejudicadas por fornecimento de baixo custo expandido e demanda fraca", escreveu Pervan no relatório. "Nossas baixas nos preços são para 2016 e 2017 em um período prolongado de fraqueza no mercado de aço chinês".

## **Fim do ciclo de alta dos metais afeta novo marco do setor**

12/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

Depois muitas idas e vindas, o novo marco regulatório da mineração pode, finalmente, ser aprovado ainda este ano no Congresso Nacional. A demora na aprovação das novas regras, em discussão desde 2013, fez o Brasil perder oportunidades de investimento, na avaliação de advogados e especialistas do setor.

Agora, depois de quase dois anos, as discussões sobre o novo Código de Mineração estão sendo retomadas em um cenário diferente, marcado pelo fim do ciclo de alta das commodities, em especial do minério de ferro, principal produto mineral de exportação.

A redução de preços de produtos como minério de ferro, cobre e níquel levou mineradoras, como a Vale, a ter perdas de receitas. E nesse ambiente adverso há menos espaço para aumento da Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais (Cfem), os royalties da mineração.

Aumentar a Cfem em um cenário de preços deprimidos colocaria mais pressão sobre as mineradoras, na avaliação de especialistas. Mas na outra ponta está o interesse de Estados e municípios mineradores os quais já vêm sofrendo com a redução de receitas resultante de um preço menor para o minério de ferro. Estados e municípios lutam para não perder mais no novo marco.

A definição das alíquotas para os royalties é um dos principais pontos em discussão das novas regras. Outros temas importantes são a manutenção do princípio de prioridade, que estabelece que quem primeiro requerer uma área livre terá o direito de explorá-la.

E a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM). O lado positivo, no momento, parece ser uma maior abertura ao diálogo tanto por parte do governo, na figura do ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga (PMDB), quanto por parte da comissão especial criada para analisar o tema na Câmara dos Deputados, cujo relator da matéria continua a ser o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG).

Braga disse, recentemente, que iria trabalhar para que o novo marco da mineração estivesse pronto para ser votado em plenário até o fim deste mês.

Quintão disse que pode haver uma "janela" para votar o tema no plenário da Câmara no fim deste mês. Depois será a vez de o projeto ir ao Senado.

"O governo está mais sensível [em temas do projeto] e eu estou disposto a abrir mão de alguns pontos. O que é inegociável é a definição das alíquotas dos royalties em lei e a manutenção do direito de prioridade", disse Quintão.

Ele afirmou que devem ser fixadas faixas para as alíquotas dos royalties do minério de ferro as quais poderão variar de 1% até mais de 4%, de acordo com o preço de venda do produto.

Originalmente, o governo enviou o projeto de lei tratando do novo marco da mineração à Câmara dos Deputados, em junho de 2013. Na proposta, o governo propôs fixar a alíquota máxima dos royalties em 4%, o que no caso do minério de ferro significaria dobrar a alíquota atual, de 2%.

Mas o governo sempre quis definir as alíquotas por decreto presidencial, o que permitiria aumentar a taxa quando os preços das commodities subirem e reduzi-la quando os preços caírem.

Já a comissão especial defendeu a fixação das alíquotas em lei. Não houve acordo em vários pontos e, com as eleições presidenciais de 2014, o tema esfriou. Agora volta à pauta. O presidente da Vale, Murilo Ferreira, disse recentemente ao Valor que a discussão do marco minerário no Brasil vai ter que caminhar para uma legislação simples.

"Temos que adotar a simplicidade como uma meta." Ferreira disse que são conhecidas as dificuldades pelas quais passam municípios, Estados e até a União.

"Não achamos que vai ser fácil para o governo renunciar à receita, mas temos que trabalhar para que, quando os preços forem mais favoráveis, se pague mais [royalties] e, quando forem menos favoráveis, se pague menos. De outra forma as empresas vão ficar sufocadas", afirmou Ferreira.

### **Participação de Curitiba no bolo do ICMS cai 6,2% em 2015**

12/05/2015 - Fonte: Bem Paraná

Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária, Ponta Grossa, Piraquara e Paranaguá perderam participação entre os 20 municípios paranaenses com os maiores índices na distribuição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) em 2015.

A informação integra o processo de homologação do ICMS deste exercício, aprovado pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), na sessão de 23 de abril. O total que deverá ser distribuído aos 399 municípios paranaenses ao longo do ano é de R\$ 5.857.270.500,00.

O cálculo, estabelecido pelo Decreto nº 12.729/2014, foi elaborado pela Secretaria de Estado da Fazenda. Leva em consideração o valor das mercadorias que saíram, acrescido do valor das prestações de serviços, descontado o valor das mercadorias que entraram no território de cada município, durante o último ano. O grupo de 20 municípios com maiores índices de participação concentram 48,54% do total do ICMS arrecadado no Paraná.

Dos municípios que tiveram redução de participação no ICMS, a maior queda ocorreu em São José dos Pinhais (-6,56, para R\$ 396,35 milhões). O segundo foi Curitiba (-6,24%, para R\$ 750,6 milhões). Em seguida, vêm Araucária (-2,37%, para R\$ 354,86 milhões), Ponta Grossa (-1,66%, para R\$ 135,98 milhões), Piraquara (-1,75%, para R\$ 42,86 milhões) e Paranaguá (-0,45%, para R\$ 65,11 milhões).

Os demais 14 municípios do grupo registraram aumento na participação no ICMS estadual de 2014 para 2015. Os índices de crescimento variam de 0,33% a 9,47%. Esse maior índice de crescimento ocorreu em Cambé, cujos repasses atingirão R\$ 53,91 milhões. O segundo maior crescimento, de 5,99%, foi de Guarapuava, cuja participação chegará a R\$ 67,8 milhões.

A homologação do cálculo do ICMS, aprovada por unanimidade em plenário, seguiu a instrução da Diretoria de Contas Estaduais (DCE) e parecer do Ministério Público de Contas (MPC).

### **FGV: clima econômico piora na América Latina, mas melhora no mundo**

12/05/2015 - Fonte: Agência Brasil

O clima econômico na América Latina piorou entre janeiro e abril, embora tenha melhorado no resto do mundo, informa o estudo Clima Econômico da América Latina (ICE) – elaborado pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com a instituição Ifo Institute for Economic Research. Ifo é uma instituição pública alemã que produz estudos sobre tendências da economia internacional.

Segundo o levantamento, o índice ICE recuou 5,3% entre janeiro e abril de 2015, ao passar de 75 pontos para 71 pontos. A queda foi liderada pelo Indicador de Expectativas, que caiu 11%, enquanto o da Situação Atual (ISA) avançou 3,4%.

Divulgado hoje (12) pela FGV, o relatório aponta todos os indicadores na zona desfavorável de clima econômico. A piora desse indicador é preocupante, segundo a FGV, na medida em que indica visão no cenário nos próximos seis meses.

Na contramão da América Latina, no plano mundial, houve melhora do ICE em outros países do mundo: o indicador passou de 106 pontos para 110 pontos, liderado pelo desempenho da União Europeia (UE). A UE registrou elevação de 11,5% na pontuação, em razão tanto das avaliações sobre a situação atual quanto das expectativas.

Os dados divulgados indicam que todos os indicadores internacionais passaram à zona favorável, embora nos Estados Unidos os índices tenham recuado. Mesmo assim, os indicadores norte-americanos mantiveram-se acima da média dos últimos dez anos e na zona de clima favorável.

A China continua registrando clima econômico desfavorável desde outubro de 2014, mesmo com o aumento de 7,1% do ICE, entre janeiro e abril, para 91 pontos.

“O resultado, no entanto, está associado ao aumento de 20% no Indicador de Expectativas, “o que sugere que a economia pode estar retomando uma trajetória ascendente”, avalia o estudo.

Entre o Brics, sigla que se refere a Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o Brasil registrou o menor ICE, enquanto a Índia é o único país do grupo com ICE favorável.

## **Câmara: medidas do ajuste fiscal serão votadas na quarta-feira**

12/05/2015 - Fonte: Agência Brasil

A Câmara dos Deputados começará as votações, desta semana, apreciando a medida provisória (MP) 663/14, que aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de recursos relativo à subvenção econômica repassada pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em seguida, os deputados passarão a analisar a MP 664, que estabelece novas regras para acesso ao auxílio-doença e à pensão por morte. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse que a ideia é votar amanhã a MP 663 e na quarta a MP 664.

Segundo Eduardo Cunha, a pauta de votações está travada por seis matérias entre MPs e dois projetos de lei que tratam de medidas anticorrupção (pacote anticorrupção). Cunha informou hoje (11) que é possível que o governo retire as urgências dos projetos anticorrupção para acelerar a votação das propostas do ajuste fiscal.

Ele disse que tanto o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), quanto o vice-presidente Michel Temer já sinalizaram a possibilidade do governo retirar a urgência desses projetos que travam a pauta.

Além das MPs que tratam do ajuste fiscal, segundo Cunha, o governo quer que a Câmara vote o projeto do Executivo que reduz o benefício fiscal da desoneração da folha de pagamentos dado a diversos setores da economia.

O interesse na votação dessa proposta é que poderá levar a retirada da urgência dos projetos anticorrupção. "Foi sinalizado, mas, ainda não foi efetivado. Eles só irão fazer [retirar a urgência] no momento que chegar a votação. O motivo é para acelerar o projeto da desoneração", disse.

## **Pesquisa da CNI aponta que inovação na indústria brasileira é baixa**

12/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

O grau de inovação na economia brasileira deixa a desejar até para as indústrias mais inovadoras do País. Uma pesquisa inédita da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que 62% dos empresários que comandam empresas inovadoras avaliam como baixo (54%) ou muito baixo (8%) o grau de inovação da indústria brasileira. Inovação é quando uma ideia nova ganha valor de mercado na forma de produto ou serviço e gera retorno financeiro para a empresa.

"É a primeira vez que fazemos uma pesquisa deste tipo e o relevante é que essa avaliação foi feita por empresas que já têm a inovação no seu DNA", observa Paulo Mól, superintendente nacional do Instituto Euvaldo Lódi, braço da CNI para inovação. Ele destaca que a inovação é uma ferramenta necessária para que as empresas ampliem a competitividade e produtividade.

A enquete consultou dirigentes de cem indústrias, 40% delas de grande porte e 60%, médias e pequenas. O universo de setores pesquisados foi amplo e englobou fabricantes de bens de capital, de consumo, indústria química e petroquímica, construção civil, energia, metalurgia e siderurgia, entre outras. De acordo com a pesquisa, apenas 3% dos entrevistados consideraram o grau de inovação alto e 35% nem alto, nem baixo.

Vários fatores levaram as empresas a considerar o grau de inovação baixo ou muito baixo. Mas o principal motivo dessa avaliação, indicado por 41,9% dos entrevistados, é o



fato de o País estar atrasado em relação a outros países. Isso faz com que muitas vezes as indústrias importem ou copiem inovações.

Também 29% dos entrevistados, levando em conta respostas de múltipla escolha, acharam que falta cultura de inovação no País e nas empresas; 17,1% reclamaram da falta de políticas de incentivos à inovação e 16,1% disseram que os financiamentos e investimentos são escassos.

Encabeça a lista de obstáculos à inovação a burocracia e regulamentação excessivas (30%), seguida pelo baixo nível de educação e qualificação de mão de obra. A maioria das empresas (89%) acha que os profissionais recém-chegados ao mercado de trabalho não estão suficientemente capacitados.

Neste ponto, Mól destaca que para suprir essa deficiência uma das alternativas é melhorar a interlocução entre o setor privado e a academia, que, teoricamente, deve fornecer a mão de obra qualificada para o mercado. Ele destaca que isso é mais frequente entre os profissionais de engenharia, especialmente no que se refere na área de gestão.

**Investimento.** Quanto à fatia do orçamento destinada à inovação, as empresas que mais investem são as grandes companhias, em detrimento das médias e pequenas. No primeiro grupo, 37,5% destinam mais de 5% à inovação. Já entre as pequenas, 21,7% gastam mais de 5%.

Apesar do baixo crescimento esperado para o País, mais da metade (57%) planeja aumentar ou aumentar muito os investimentos em inovação nos próximos cinco anos e 39% vão manter o nível de recursos aplicados.

Para debater os resultados da pesquisa e conhecer as experiências de especialistas internacionais, a CNI e o Sebrae realizam, em São Paulo, entre amanhã e quarta-feira, o 6º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria. Entre os participantes estão Antony Taubman, diretor da divisão de propriedade intelectual da Organização Mundial do Comércio (OMC) e Cesar Hidalgo, do Massachusetts Institute of Technology (MIT)

## **ALL tem prejuízo de R\$229 milhões no 1º trimestre**

12/05/2015 - Fonte: Brasil Econômico

A América Latina Logística (ALL) teve prejuízo líquido de R\$ 229 milhões de janeiro a março, divulgado na noite de segunda-feira, ante lucro de R\$ 7,2 milhões no mesmo período um ano antes, segundo resultado reapresentado.

Além da piora no resultado das operações ferroviárias, o desempenho decorreu do reconhecimento de despesas para conclusão da fusão com a Rumo, de cerca de R\$ 33 milhões, e aumento da despesa financeira, que subiu 28,4%, a R\$ 313,5 milhões.

O resultado do primeiro trimestre da companhia de logística ainda foi divulgado separadamente ao da Rumo Logística, já que a união das companhias para formar a Rumo ALL começou na prática no início de abril.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) da ALL totalizou R\$ 255,2 milhões, baixa de 37,4% na base de comparação anual.

O volume transportado total das operações ferroviárias recuou 4,2%, a 9,032 bilhões de TKU, reflexo da queda de 2,7% do volume de commodities agrícolas e de 8,5% de produtos industriais.

O resultado foi mais fraco devido à base de comparação maior no primeiro trimestre de 2014, quando houve antecipação de demanda de importação de soja pela China, além de maior movimentação de açúcar.

Neste ano, adicionalmente, a greve dos caminhoneiros impactou a chegada de grãos de Mato Grosso e Paraná nos terminais da ALL, permitindo o carregamento apenas de volumes estocados nos períodos afetados, no fim de fevereiro e meados de março. Segundo a ALL, isso ocasionou uma redução de aproximadamente 430 milhões de TKU no volume total transportado.

A greve também afetou o volume de combustíveis transportado, o que repercutiu no volume de produtos industriais.

Desta maneira, a receita operacional líquida das operações ferroviárias da ALL caiu 3,1%, a R\$ 789,4 milhões. A queda da receita foi inferior à baixa no volume das operações ferroviárias devido ao aumento de 0,7 % da tarifa ferroviária.

O Ebitda recuou 38,2%, a R\$ 246,2 milhões, com queda da margem de 48,9% para 31,2 %, pelos menores volumes transportados e pela despesa extraordinária devido à conclusão da fusão de Rumo e ALL.

A operação da Brado Logística, responsável por serviços de logística intermodal de contêineres, teve melhor desempenho, com aumento de 21,3% no volume de contêineres transportados no primeiro trimestre. O Ebitda da Brado subiu 16,2% no período, a R\$ 16,8 milhões.

## **RESULTADO COMBINADO**

Junto com o resultado da ALL, também foram apresentados números do resultado combinado com a Rumo, para melhor entendimento do negócio.

Combinadas, as companhias tiveram prejuízo de R\$ 226,2 milhões de janeiro a março, sendo perda de R\$ 229 milhões correspondente à ALL e ganho de R\$ 8 milhões à Rumo. Também houve variação negativa de R\$ 5,2 milhões referente a ajustes e eliminações.

Isso se compara a lucro líquido combinado de R\$ 27,7 milhões no primeiro trimestre de 2014.

O Ebitda combinado somou R\$ 311,5 milhões, dos quais R\$ 255,2 milhões referentes à ALL, R\$ 61,5 milhões à Rumo, adicionados novamente de variação negativa de R\$ 5,2 milhões por conta de ajustes e eliminações.

O Ebitda combinado havia totalizado R\$ 470,9 milhões de janeiro a março de 2014.

## **Governo prepara salto da energia solar em residências e empresas**

12/05/2015 - Fonte: Conexão Marítima

Uma ação coordenada do Governo Federal em várias frentes, com o estímulo do Ministério de Minas e Energia, deverá mudar nos próximos anos o cenário da geração de energia solar das grandes cidades brasileiras.

Até 2024, cerca de 700 mil consumidores residenciais e comerciais deverão ter instalado em seus telhados e coberturas painéis fotovoltaicos, que transformarão a luz solar em energia elétrica. Quando houver excedente, a energia de sobra será vendida para a distribuidora, ajudando a reduzir a conta de luz do domicílio.

A estimativa é da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que prevê um potencial de 2 GW de potência instalada com essa modalidade de geração distribuída nesse período, com foco neste momento na energia solar fotovoltaica.

Esse mesmo conceito de geração distribuída comporta outras formas de geração próximas do consumidor, como a eólica, ou até mesmo a de geradores. Outra estimativa de mais longo prazo, elaborada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), prevê que até 2050 cerca de 13% do abastecimento das residências no País deverá ser proveniente dessa fonte.

"Na energia solar, temos um elenco de ações para alavancar a fonte, seja pela microgeração, seja pela geração distribuída, seja por leilões de fontes alternativas. Você pode até ter casos de cogeração com a mesma subestação e a mesma linha, o que está acontecendo muito na Bahia. E também os flutuadores com fotovoltaica nas hidrelétricas", avalia o ministro Eduardo Braga.

### **Crise em estaleiros expõe investimentos de japoneses**

12/05/2015 - Fonte: Conexão Marítima

O Estaleiro Atlântico Sul (EAS), em Pernambuco, integra um grupo de grandes estaleiros da nova geração no Brasil que recebeu investimentos de empresas japonesas em anos recentes. Além do EAS, que tem como sócia a IHI, o Enseada Indústria Naval, da Bahia, recebeu a Kawasaki na sociedade.

E o Estaleiro Rio Grande (ERG) tem 30% de seu capital em mãos de consórcio japonês com participação da Mitsubishi Heavy Industries (MHI). Todos ganharam contratos da Sete Brasil para construir sondas de perfuração.



Mas a crise pela qual passa a Sete Brasil, com atrasos nos pagamentos aos estaleiros, criou incertezas para os investimentos feitos pelos grupos industriais japoneses na construção naval e offshore no Brasil. "Há apreensão, entre esses grupos industriais japoneses, que estão expostos à Sete Brasil", disse um executivo do setor.

As avaliações de fontes da indústria é de que os japoneses devem esperar para tomar qualquer decisão sobre suas participações societárias nos estaleiros. No EAS, os sócios brasileiros investiram cerca de R\$ 2 bilhões no negócio. Em 2013, um grupo de empresas japonesas liderado pela IHI Corporation, antiga Ishikawajima Harima Heavy Industries, acertou a compra de 25% do EAS por R\$ 207 milhões. No começo, de 2014, os japoneses aumentaram sua participação no EAS de 25% para 33,3%.

À época, o valor do negócio não foi revelado, mas no total os japoneses podem ter desembolsado quase R\$ 280 milhões para ficar com um terço do capital do estaleiro. A

conta final considera o valor pago pela primeira fatia, de 25% do estaleiro, na operação em 2013.

Depois de romper o contrato para construção de sete sondas de perfuração para a Sete Brasil, o EAS ainda mantém em carteira 22 navios petroleiros que serão construídos para a Transpetro, a subsidiária de logística da Petrobras.

Das 22 unidades, cinco foram entregues e outras cinco estão em construção. São todos navios do tipo Suezmax. Na carteira do EAS, há ainda 5 navios Aframax, 4 Suezmax DP, iniciais de posicionamento dinâmico, e mais 3 Aframax DP. Existe a expectativa de que os trabalhos de construção do primeiro Aframax comecem a curto prazo.

Entre fontes do setor, existe a convicção de que os 22 navios do EAS, que estão em eficácia, serão de fato construídos. Mas a palavra final sobre a construção desses navios e de outros que fazem parte do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) - e que ainda não começaram a ser montados nos estaleiros - caberá à Petrobras.

A estatal pode anunciar este mês seu plano de investimentos para o período 2015-2019. Como perspectiva, o EAS conta ainda com a possibilidade de passar a fazer reparos e manutenções de plataformas em suas instalações.

No ERG, em Rio Grande (RS), que também vive situação delicada, um grupo de cinco empresas japonesas lideradas pela Mitsubishi Heavy Industries (MHI) comprou, em 2013, 30% da Engevix Construções Oceânicas (Ecovix) por cerca de US\$ 300 milhões.

A entrada dos nipônicos se deu na holding Jackson Empreendimentos, controladora da Ecovix, empresa do grupo Engevix. O grupo, que está entre as empresas envolvida na Operação Lava-Jato, já disse que pode reduzir a participação da Jackson na Ecovix.

Já o Enseada tem contratos com Sete Brasil para a construção de seis sondas que somam US\$ 4,8 bilhões. O estaleiro, que estava em construção, paralisou as atividades e demitiu cerca de seis mil pessoas.

## Produção industrial cai em 5 de 14 regiões, diz IBGE

12/05/2015 - Fonte: Exame



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**) anunciou nesta terça-feira, 12, que a redução de ritmo na produção industrial nacional na passagem de fevereiro para março, já descontados os efeitos sazonais, foi acompanhada por cinco dos 14 locais pesquisados.

Na semana passada, o IBGE divulgou que a produção industrial nacional caiu 0,8% em março ante fevereiro, na série com ajuste sazonal. Em relação a março de 2014, a produção nacional caiu 3,5%.

Entre os cinco locais em que houve recuo na produção na passagem de fevereiro para março, São Paulo, maior parque industrial do País, registrou queda de 0,8%, resultado idêntico à média nacional.

As demais quedas na produção ocorreram em Ceará (-3,1%), Minas Gerais (-2,5%), Paraná (-2,3%) e Pernambuco (-2,2%), informou o IBGE.

Por outro lado, Bahia, com expansão de 22,1%, mostrou o crescimento mais elevado nesse mês, após três meses consecutivos de queda na produção, período em que acumulou perda de 21,9%.

Região Nordeste (8,1%), Rio de Janeiro (4,8%) e Pará (3,2%) também assinalaram avanços acentuados em março ante fevereiro, enquanto Espírito Santo (1,2%), Rio Grande do Sul (1,1%), Goiás (0,7%), Amazonas (0,5%) e Santa Catarina (0,3%) apontaram expansões menos intensas.

De acordo com o IBGE, a queda de 3,5% na produção nacional em março na comparação do mesmo mês de 2014 foi acompanhada por 11 dos 15 locais pesquisados.

Em São Paulo, porém, o recuo foi de 2,7% neste período, menos intenso do que a média nacional.

Nesta base de comparação, as maiores quedas foram registradas por Amazonas (-20,6%), pressionada pela redução na produção dos setores de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (televisores e computadores pessoais portáteis) e bebidas (preparações em xarope para elaboração de bebidas para fins industriais); e Minas Gerais (-9,7%), devido à queda na atividade de veículos automotores, reboques e carrocerias (automóveis), metalurgia e máquinas e equipamentos.

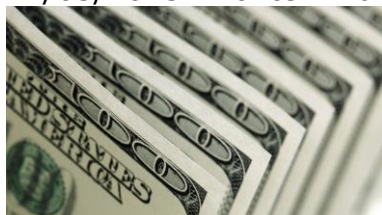
Paraná (-5,2%), Rio de Janeiro (-5,1%), Santa Catarina (-4,0%) também apontaram quedas mais acentuadas do que a média nacional (-3,5%), enquanto Bahia (-3,1%), São Paulo (-2,7%), Ceará (-2,4%), Rio Grande do Sul (-2,1%), Região Nordeste (-1,2%) e Pernambuco (-0,7%) completaram o conjunto de locais com taxas negativas nesse mês.

Por outro lado, Espírito Santo (19,8%) e Pará (11,8%) assinalaram os avanços mais intensos nesse mês, impulsionados, em grande parte, pelo comportamento positivo vindo dos setores extrativos e de metalurgia, no primeiro local, e de indústrias extrativas, no segundo.

Os demais resultados positivos foram observados em Goiás (6,2%) e Mato Grosso (6,1%). "Vale citar que março de 2015 teve três dias úteis a mais do que igual mês do ano anterior", destacou o IBGE.

## **Sondagem projeta crescimento menor do PIB Mundial**

12/05/2015 - Fonte: Exame



Embora o indicador Clima Econômico da América Latina (ICE), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com o instituto alemão Ifo, tenha constatado melhora no cenário econômico mundial no levantamento relativo aos primeiros quatro meses do

ano, o relatório revisou o crescimento do produto mundial em 2015: a perspectiva agora é de crescimento de 2,3% e não mais de 2,5%, como era esperado em estudo de abril do ano passado.

Divulgado hoje (12), pela FGV, o relatório informa que, para a América Latina, a queda é ainda maior: o crescimento, antes previsto para 2,3%, passou agora para 1,3%.

Entre os 11 países englobados pela Sondagem Econômica da América Latina, elaborada pela FGV e pelo Ifo, nenhum registrou aumento na projeção entre as duas pesquisas. Para o Brasil, a previsão passou de um crescimento de 1,7% para uma retração de 0,9%.

O ICE só se encontra em patamar favorável no Chile (aumento de 33% entre janeiro e abril de 2015); No Peru, o ICE recua da zona favorável para a neutra e o Uruguai continua na zona neutra.

Além do Chile, apenas a Argentina registrou aumento do ICE, embora ainda permaneça na zona desfavorável. Na comparação interanual, o clima econômico melhora apenas na Argentina (1,3%) e no Chile (19%).

No Brasil, todos os indicadores registram queda entre as duas últimas sondagens: ICE (-14%); Índice sobre a Situação Atual - ISA (-27%); e Índice de Expectativas - IE (-9,5%). Na comparação interanual, o recuo do ISA é 68% e, do ICE, 31%, mas o IE registra uma pequena alta de 2,7%.

“No entanto, como as expectativas continuam desfavoráveis e apontando para uma piora da situação daqui a seis meses, a pequena melhora em relação a abril passado tem um peso pequeno na avaliação da projeção do crescimento econômico”, conclui o relatório.

## **Fórum Futuro 10 define prioridades para infraestrutura do Paraná nos próximos 20 anos**

12/05/2015 - Fonte: Agência FIEP



O Fórum Permanente Futuro 10 Paraná, composto por instituições representativas da sociedade paranaense, concluiu nesta segunda-feira (11), em Curitiba, um ciclo de encontros regionais que debateu as prioridades do Estado na área de infraestrutura.

Os resultados das reuniões servirão de base para a elaboração do Plano Estadual de Logística e Transportes do Paraná – PELT 2035, que apontará as principais intervenções necessárias para atender o crescimento da demanda nos próximos 20 anos.

Os encontros do PELT 2035 passaram, na semana passada, por cinco cidades do interior do Estado: Londrina, Maringá, Cascavel, Francisco Beltrão e Ponta Grossa. Em cada uma das regiões, lideranças empresariais e representantes de órgãos públicos assistiram a

uma apresentação sobre o panorama atual da infraestrutura do Paraná, investimentos já previstos e um levantamento prévio de projetos considerados prioritários nos diferentes modais. Em seguida, os participantes puderam sugerir outras intervenções que consideram importantes constarem no plano.

O consultor do Conselho Temático de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), João Arthur Mohr, que conduziu os trabalhos, explica que a intenção do Fórum com o PELT 2035 é oferecer subsídios ao poder público e à sociedade sobre as obras necessárias para melhorar a infraestrutura de transportes do Estado nas próximas décadas.

Investimentos nessa área são considerados essenciais para a redução dos custos logísticos e aumento da competitividade do setor produtivo paranaense.



“Terminamos a primeira fase, que é a validação das obras, ouvindo lideranças de seis regiões do Estado. Agora vamos consolidar esse material até julho para apresentar ao poder público, tanto do Poder Legislativo quanto Executivo, em nível estadual e federal”, afirma Mohr.

“Realizamos esse trabalho para que a gente consiga a união de toda a sociedade civil paranaense em torno de uma proposta única de planejamento, com visão de longo prazo”, acrescenta.

Ele explica ainda que, posteriormente, o Fórum realizará uma nova rodada de reuniões para discutir propostas de modelos de financiamento para os projetos.

Entre algumas das obras consideradas essenciais para o aumento da competitividade do setor produtivo paranaense nas próximas duas décadas, O Fórum aponta como uma das mais importantes a construção da ferrovia Maracaju (MS)-Paranaguá, incluindo um novo ramal na Serra do Mar.

Anunciada pelo governo federal em 2012, a ferrovia se encontra em fase de estudos, mas o projeto sofre com um impasse sobre o modelo de concessão à iniciativa privada.

Além disso, o Fórum propõe uma série de melhorias e ampliações na base portuária do Paraná, duplicações das principais rodovias do Estado e a adequação de vários aeroportos. O PELT 2035 apresenta ainda sugestões para a implantação de hidrovias e dutovias que também possam dar mais agilidade ao transporte de cargas.

O encontro em Curitiba, realizado no Campus da Indústria do Sistema Fiep, contou com a presença de representantes de entidades representativas, sindicatos industriais e empresas ligadas ao setor de obras e logística de transportes, além de representantes de órgãos públicos estaduais e federais da área.

Entre eles, o diretor-presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Henrique Dividino, e o superintendente do Aeroporto Internacional Afonso Pena, Antonio Pallu. Também participaram técnicos da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística.

Para Dividino, o debate promovido pelo Fórum Futuro 10 é importante para planejar a infraestrutura do Paraná para o futuro. Ele destacou principalmente a necessidade de interligação entre os diferentes modais para dar mais agilidade ao sistema de transportes do Estado. "A combinação de modais e de logística é um exercício fantástico, e é isso que estamos fazendo aqui", declarou.

### **Especialista detalha funcionamento de programa europeu que ajuda a recuperar empresas em crise**

12/05/2015 - Fonte: Agência FIEP

Em evento da CNI, dinamarquês Henrik Piester detalhou programa que, a custo baixíssimo, ajuda milhares de empresas a retomar o crescimento dos negócios. Para ele, quem perde com o fechamento de uma empresa é a sociedade.



"Como não requer alto financiamento, esta é uma das ferramentas mais fáceis de colocar em prática. O desafio é encontrar a abordagem correta pelo aspecto legal" - Henrik Piester.

A apresentação sobre o *Early Warning Network*, programa europeu para recuperar empresas em crise, começa com uma foto do ex-pugilista norte-americano George Foreman. A estranheza do público em breve se desfaz quando o dinamarquês Henrik Noes Piester explica o porquê da imagem: "George Foreman é um dos melhores exemplos de como alguém pode ter grandes reestreas."

É que, além de ter voltado ao jogo após ser derrotado por Muhammad Ali em um duelo histórico, quando abandonou os ringues, Foreman iniciou o que hoje é um império de eletrodomésticos.

É esse tipo de reviravolta que o *Early Warning Network* busca construir junto a empresas europeias em crise, assombradas pela possibilidade de fechar as portas. Empresário, Piester é um dos 100 profissionais - entre dirigentes empresariais, advogados e especialistas - que, voluntariamente, ajudam a recuperar negócios em apuros na Dinamarca, país cujo projeto tem se expandido pela Europa.

Os esforços dão resultados: desde 2007, foram mais de 4 mil companhias atendidas, sendo que dois terços delas voltaram à saúde financeira, evitando o início de longos e



custosos processos judiciais. Tudo feito com investimentos mínimos do Estado. Para cada empresa atendida, o estado gasta 1,6 mil euros, pouco mais de R\$ 5,4 mil.

Quando uma empresa fecha, quem perde é a sociedade. Perdem-se empregos, investimentos são ameaçados, a economia fica menos competitiva. É papel da sociedade ajudar a recuperar esses negócios”, avalia.

Henrik Piester esteve no Brasil na semana passada, a convite da Confederação Nacional da Indústria (CNI), para palestrar sobre como o sistema funciona, durante o 2º Seminário Pense nas Pequenas Primeiro. Confira a entrevista que ele concedeu à Agência CNI de Notícias:

**AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Você é um dos voluntários do *Early Warning*. Como foi o seu envolvimento com esse programa?**

**Henrik Noes Piester** - Começou quando eu trabalhava no Danish Business Authority, responsável pelo programa. Eu cuidava dos assuntos de falência e insolvência, e também da implementação do programa.

Quando saí para começar meu próprio negócio, decidi me tornar um voluntário. Dou consultoria para a melhora dos serviços e também sobre a expansão do programa na Europa. Ainda me impressiono com a energia e os esforços dos voluntários para ajudar as outras empresas.

**AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - O Brasil não tem iniciativas dessa natureza. Na sua opinião, qual deveria ser o primeiro passo?**

**Henrik Noes Piester** - Antes de tudo, resalto o quanto é importante que, no Brasil, a Constituição tenha previsão para tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. Em relação a implementar um programa como o *Early Warning*, seria, de fato, muito interessante para o Brasil pois o objetivo é ajudar as empresas e acho que este é um argumento de apelo para a maioria das pessoas.

Como não requer alto financiamento, esta é uma das ferramentas mais fáceis de colocar em prática. O desafio é encontrar a abordagem correta pelo aspecto legal. O sistema legal e o programa têm de se complementar. Uma maneira seria começar um projeto piloto em um estado para fazer testes, buscar voluntários, saber se os empresários brasileiros têm interesse nesse tipo de serviço.

**AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Um dos fatores que motivaram a replicação do *Early Warning* em outros países é a relação custo/benefício. Você pode comentar mais sobre isso?**

**Henrik Noes Piester** - Ao recuperar uma empresa, você evita todas as consequências negativas de uma falência. Tanto para o empreendedor, que recomeça um negócio, quanto para a sociedade. Quando uma companhia pede falência, impacta toda a cadeia de suprimentos. Prevenir isso mantém empregos, investimentos, enfim, mantém a economia funcionando.

**Câmara flexibiliza empresa individual de responsabilidade limitada e cria sociedade unipessoal**

12/05/2015 - Fonte: Câmara dos Deputados

Novo modelo societário, que poderá ter como titular pessoa física ou jurídica, se sujeitará às normas da sociedade limitada, exceto quanto à pluralidade de sócios.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira (29) o Projeto de Lei [6698/13](#), do Senado Federal, que flexibiliza a legislação sobre empresa

individual de responsabilidade limitada (Eireli) e institui um novo modelo societário - a sociedade limitada unipessoal (SLU). A proposta altera o Código Civil (Lei [10.406/02](#)).

Como a proposta tramita em caráter conclusivo, ela será enviada ao Senado, caso não haja recurso para análise pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

O texto retira a obrigatoriedade de capital mínimo para a constituição de Eireli e a necessidade de integralização imediata do capital. Pela proposta, as empresas passam a ser constituídas apenas por pessoa natural – pessoa física, a qual poderá ser titular de mais de uma empresa.

Hoje, conforme o código, a Eireli é constituída por uma única pessoa titular de todo o capital social. O capital deve ser integralizado imediatamente, ou seja, depositado em conta no momento de constituição da empresa, em valor 100 vezes superior ao maior salário mínimo vigente – mais de R\$ 78 mil.

A legislação atual não especifica qual o tipo de pessoa é habilitado a constituir a Eireli – se jurídica ou natural. No entanto, limita a constituição de uma Eireli por pessoa natural.

### **Sócio-laranja**

A comissão acompanhou o voto do relator, deputado Esperidião Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do texto. Segundo ele, a obrigatoriedade de integralização de todo o capital no momento da constituição da empresa e a necessidade de um capital mínimo (atualmente R\$ 72.400) induziam o empreendedor a constituir sociedades limitadas com “sócio-laranja”, porque não exigia integralização imediata do capital e por não ter capital mínimo.

“O capital social como garantia aos credores vem perdendo força na doutrina mais recente, que considera o patrimônio líquido a verdadeira garantia das obrigações”, disse Amin. Ele reconheceu, porém, que há argumentos para justificar a existência de capital mínimo, como a proteção dos credores da empresa individual.

Para o relator, a medida atinge os empresários mais pobres e de menor expressão, mas que poderiam ter potencial para desenvolver uma atividade econômica com a segurança da limitação da responsabilidade.

### **Unipessoais**

O projeto também cria a sociedade limitada unipessoal, que se sujeitará às normas da sociedade limitada, exceto quanto à pluralidade de sócios.

Diferentemente da Eireli, a SLU pode ter como titular pessoa física ou jurídica. Apesar de ser formado por titular único, o capital da SLU poderá ser dividido em cotas entre sócios.

A proposta prevê que, caso exista a saída de sócios de uma sociedade limitada, o único sócio restante poderá, a qualquer tempo, requerer ao registro público competente a transformação dessa sociedade em sociedade limitada unipessoal.

Por sua vez, a sociedade unipessoal também poderá transformar-se em sociedade limitada, caso entrem novos sócios.

### **Negociações**

O texto estabelece regras para as negociações entre o sócio e a sociedade. De acordo com o projeto, as transações deverão ser registradas por escrito e privilegiar o interesse

da sociedade. O descumprimento dessas regras poderá acarretar nulidade do negócio e responsabilização do sócio. [PL-6698/2013](#)

## **Aumento de custo para pequenas pode provocar ação contra MP 664**

12/05/2015 - Fonte: Portal Contábil

Entidades das micro e pequenas empresas avaliam se caberá ação judicial contra a Medida Provisória (MP) 664, se for mantido no Congresso o texto original que eleva as despesas do segmento com o auxílio-doença, de 15 para 30 dias. A MP deve ser votada hoje (12) no plenário da Câmara.

Em entrevista ao DCI, o relator da matéria, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), reafirmou ontem que manterá o texto aprovado em comissão especial, para não diferenciar o tratamento dispensado aos trabalhadores por porte de empresas.

"O tratamento diferenciado as micro e pequenas empresas já está assegurado pelo artigo 179 da Constituição Federal", afirma o presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comicro), Jose Tarcísio da Silva.

O dirigente da Comicro prefere apostar que o próprio Congresso, por meio da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, faça a correção no texto da MP.

Aliás, o assunto será tratado em debates que serão realizados pela Frente em 13 capitais, até junho, sobre o projeto que aumenta o teto de faturamento anual para adesão ao Supersimples, de R\$ 3,6 milhões para R\$ 7,2 milhões (comércio e serviços) e R\$ 14,4 milhões (indústria).

"O aumento do teto do Supersimples interessa bastante, mas o governo tem que cuidar dessas questões que também afetam as pequenas empresas", citou, temendo que o aumento desse custo pode quebrar as empresas. "Trata-se de custo que retira capital da empresa", reclamou.

### **Menor tempo**

O relator da MP 664, Carlos Zarattini, afirmou ao DCI que ao elevar de 15 para 30 dias a obrigação das empresas arcarem com o afastamento dos trabalhadores por motivos de saúde não vai aumentar os gastos das empresas, entre elas as de pequeno porte.

O deputado refutou as argumentações de entidades, como a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), de que a aprovação da proposta vai onerar ainda mais os pequenos negócios.

Segundo Zarattini, a princípio, a proposta pode deixar parecer que as empresas serão oneradas em arcar com mais 15 dias a mais de auxílio doença, mas a questão não pode ser vista apenas por um lado.

O parlamentar afirma que estatisticamente os afastamentos costumam durar menos de um mês e, atualmente, após 15 dias o trabalhador vai para a folha de pagamentos da Previdência e depois que recebe alta, há muita demora no retorno.

"Quando ele recebe alta, precisa marcar a perícia para avaliar seu retorno. Esse procedimento costuma demorar até três meses para ser feito. Então, seja a empresa grande ou pequena, ela fica com um funcionário afastado até três meses sem

necessidade. Isso é ruim tanto para a empresa, quanto para o trabalhador. Dessa forma, a empresa terá um gasto menor ao ter seu trabalhador de volta mais rápido", explicou.

### **Não fere a lei**

Zarattini enfatizou, ainda, que o texto da MP não fere a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar 147/14), que diz: "toda nova obrigação que atinja as microempresas e empresas de pequeno porte deverá apresentar, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento".

"A MP trata dos trabalhadores e não das empresas. Por isso não desobedece essa lei. É uma interpretação errada", completou.

Além disso, a norma estende a possibilidade de realização da perícia médica por médicos próprios ou convênios sob a supervisão do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), mais especificamente da Diretoria de Saúde do Trabalhador.

### **Chinesa Baosteel mantém preços de produtos de aço para junho**

12/05/2015 - Fonte: Reuters

A Baoshan Iron & Steel, maior siderúrgica listada da China, manterá os preços atuais para seus principais produtos em junho, disse a companhia no final de semana.

O crescimento econômico em desaceleração e uma baixa no setor imobiliário tem prejudicado a demanda por aço na maior produtora e consumidora da liga do mundo, mas custos de produção menores e a demanda firme do exterior têm impulsionado as encomendas de exportações das siderúrgicas.

### **Thyssenkrupp supera estimativas em resultados trimestrais**

12/05/2015 - Fonte: Reuters

O grupo industrial alemão ThyssenKrupp TKAG.DE elevou a previsão de lucro anual graças à melhor execução e à estabilização das condições econômicas, informou a empresa nesta terça-feira.

A fabricante de aço disse esperar agora lucro anual ajustado antes de impostos e taxas (Ebit) de 1,6 bilhão a 1,7 bilhão de euros, acima de sua previsão anterior de pelo menos 1,5 bilhão de euros.

A empresa confirmou suas metas anuais para vendas, lucro líquido e fluxo de caixa livre antes de desinvestimentos - que melhoraram para 55 milhões de euros negativos no trimestre até o fim de março, ante 651 milhões de euros negativos um ano antes.

O Ebit ajustado no segundo trimestre fiscal subiu 32 por cento, para 405 milhões de euros, superando a estimativa média de 379 milhões de euros de pesquisa da Reuters.

A ThyssenKrupp está mudando seu foco do aço para bens de capital de maior margem e menos voláteis e também para serviços como sistemas automotivos, escadas rolantes e engenharia de fábricas.

## **FT: Vale está decidida a ampliar oferta do minério de ferro de alta qualidade**

12/05/2015 - Fonte: Yahoo Notícias

A mineradora brasileira Vale está decidida a ampliar a oferta do minério de ferro de alta qualidade, informou nesta segunda-feira, 11, o jornal britânico Financial Times, a partir de entrevista com o diretor executivo de finanças e relações com investidores da companhia, Luciano Siani.

O movimento, diz a reportagem, pode pressionar os rivais do setor. A brasileira faz parte de um grupo de quatro empresas que dominam o mercado global de minério de ferro, que passa por uma queda nos preços em razão do excesso de oferta.

O aumento da oferta tem sido uma estratégia das grandes companhias para manter os preços baixos e forçar as pequenas a sair do mercado, enquanto as maiores sobrevivem por terem os menores custos de produção. "O novo normal (do setor) é com preços mais baixos", disse Siani ao Financial Times.

## **Anglo pode elevar produção de minério de ferro no Brasil a 29 milhões em 2018-20**

12/05/2015 - Fonte: Yahoo Notícias

A Anglo American pode aumentar a capacidade da sua mina de minério de ferro Minas-Rio em quase 10 por cento, movimento que poderia cortar custos no conturbado projeto de 13 bilhões de dólares, disse um executivo da empresa nesta segunda-feira.

O volume de produção pode alcançar 29 milhões de toneladas de 2018 a 2020, 9,4 por cento mais do que a capacidade esperada da mina de 26,5 milhões de toneladas por ano, disse Paulo Castellari, presidente da Unidade de Negócio Minério de Ferro Brasil da Anglo American.

Adicionar capacidade sem grandes investimentos adicionais reduz os custos por tonelada. Isso pode ajudar a Minas-Rio a competir com produtores de baixo custo, como a Vale e as australianas BHP Billiton e Rio Tinto, que têm custos de caixa de 20 e 30 dólares por tonelada.

Os custos de caixa no Sistema Minas-Rio devem ficar entre 33 e 35 dólares por tonelada, disse Castellari.

Neste ano, no entanto, a expectativa é que os custos fiquem quase o dobro da meta, em 60 dólares por tonelada, com a crescente produção da mina, iniciada recentemente.

O Sistema Minas-Rio envia minério por 525 quilômetros de sua mina em Minas Gerais por meio de um mineroduto para um porto ao norte do Rio de Janeiro, onde é carregado em navios.

A Anglo comprou os direitos de exploração do Minas-Rio por 5,5 bilhões de dólares do empresário Eike Batista e investiu outros 8,4 bilhões de dólares para desenvolver o projeto.

Após fazer uma baixa contábil de 4 bilhões de dólares no projeto, em 2012, a Anglo iniciou suas operações no Minas-Rio no ano passado, com quase cinco anos de atraso e depois de uma queda expressiva do preço do minério de ferro.

O minério de ferro para entrega imediata no porto de Tianjin da China subiu 3,3 por cento nesta segunda-feira a 62,50 dólares a tonelada, pico em mais de dois meses, segundo o Steel Index.

Entretanto, a matéria-prima do aço está quase 40 por cento mais barata do que há um ano.

Castellari afirmou que a Anglo estava satisfeita até agora com o prêmio que estava recebendo para seu minério de ferro de elevado teor, mas se recusou a dizer quanto mais ele recebe por tonelada acima do preço à vista de referência.